



# DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Laranjal do Jari  
Poder Legislativo Municipal



Avenida Liberdade, Nº 884, Agreste, CEP: 68920-000 | e-mail: [cmlaranjaldojari@gmail.com](mailto:cmlaranjaldojari@gmail.com) | CNPJ: 23.086.804-0001/50 - CMLJ

## PODER LEGISLATIVO

**WALCIMAR RIBEIRO FONSECA**  
PRESIDENTE

**JOÃO TADEU DA SILVA**  
1º VICE-PRESIDENTE

**ELIEZIO PEREIRA MORAES**  
2º VICE-PRESIDENTE

**DENIS LIMA CHAGAS**  
1º SECRETÁRIO

**JERÔNIMO DOS SANTOS DA SILVA**  
2º SECRETÁRIO

**ANA MARIA DUARTE DE CARVALHO**  
VEREADORA

**BENEDITO MACHADO DO CARMO**  
VEREADOR

**CLAUDIO ROBERTO RIBEIRO**  
VEREADOR

**EDIVAM DE ALMEIDA SOBRINHO**  
VEREADOR

**ELENILSON LIMA ESPIRITO SANTO**  
VEREADOR

**MANOEL BENAION POMBO**  
VEREADOR

**MARLON BARBOSA MOURA**  
VEREADOR

**REGINALDO JOSE MOTA JÚNIOR**  
VEREADOR



**DIÁRIO OFICIAL**  
CÂMARA DE VEREADORES  
DE LARANJAL DO JARI

## ATENDIMENTO

Segunda a sexta-feira  
das 08h às 13h

e-mail: [cmlaranjaldojari@gmail.com](mailto:cmlaranjaldojari@gmail.com)

## GERÊNCIA

**LUCAS MENEZES FERREIRA**  
CHEFE DE GABINETE

**MARTA DE SOUZA PINHO**  
GERENTE ADMINISTRATIVO E PLANEJAMENTO

**MARIA EDUARDA COIMBRA DE ARAÚJO**  
GERENTE DE FINANÇAS

**JOÃO VINICIUS WANZELLER DE MORAIS**  
GERENTE LEGISLATIVO

**KARYTA BRANDÃO RIBEIRO**  
GERENTE DE PATRIMÔNIO

**JOSÉ ADEMIR AMÉRICO MORAES**  
PREGOEIRO

**RONIERE LIMA NASCIMENTO**  
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

**JOSÉ ROBENILDO SOUSA JUNIOR**  
ASSESSOR JURÍDICO

**MAX JÚNIO SILVA COSTA**  
CONTROLE INTERNO



ESTADO DO AMAPÁ  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI  
CNPJ nº 23.086.804/0001-50  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE INTENSÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2026 – CMLJ  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026 - CMLJ

Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI, ESTADO DO AMAPÁ, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará Contratação Direta, mediante Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e do Decreto Municipal Nº 039/2024 e demais normas aplicáveis, para contratação de pessoa jurídica para Fornecedor Parcelado de Gênero Alimentício, conforme especificações definidas no Termo de Referência, com vista ao atendimentos das necessidades da Câmara Municipal de Laranjal do Jari – Ap.

Início Rec. Proposta: 02/06/26 as 08:00hs  
Fim Rec. Proposta: 05/06/26 08:00hs  
Unidade responsável pela contratação:  
Câmara Municipal de Laranjal do Jari, Estado do Amapá  
Avenida Liberdade nº 884, Agreste, Laranjal do Jari - AP  
CNPJ: 23.086.804/0001-50  
E-mail: [cpl\\_cmlj@laranjaldojari.ap.leg.br](mailto:cpl_cmlj@laranjaldojari.ap.leg.br)  
[cpl\\_cmlj@gmail.com](mailto:cpl_cmlj@gmail.com)  
Contato: 96984335620  
Tipo de lance: Menor Preço Global  
Tipo de Ecerramento: Aberto  
Valor total do Processo: R\$ 25.732,75

Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto do Processo: contratação de pessoa jurídica para Aquisição Parcelada de Gênero Alimentício.

Câmara Municipal de Laranjal do Jari – AP, 01 de junho de 2026

Documento assinado digitalmente  
JOSE ADEMIR AMERICO MORAES  
Data: 01/06/2026 09:07:35-0302  
Verifique em: <http://www.transparencia.ap.gov.br>

Presidente da CPL da CMLJ  
PORTARIA Nº 017/2026



# DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Laranjal do Jari  
Poder Legislativo Municipal



Avenida Liberdade, Nº 884, Agreste, CEP: 68920-000 | e-mail: [cmlaranjaldojari@gmail.com](mailto:cmlaranjaldojari@gmail.com) | CNPJ: 23.086.804-0001/50 - CMLJ



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI  
Avenida Liberdade nº. 884 - Bairro Agreste - Laranjal do Jari - AP,  
CEP 68920-000 - CNPJ nº. 23.086.804/0001-50

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto definir o conjunto de elementos que norteiam a contratação direta, por Dispensa de Licitação, para a aquisição dos bens discriminados abaixo, a fim de atender necessidades da Câmara Municipal de Laranjal do Jari, conforme quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência.

#### 1.1 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Quant.
01	Açúcar kg	Unid.	600
02	Café 250g	Unid.	500
03	Leite 200g	Unid.	1.000
04	Bolacha água e sal	pacotes	480
05	Refrigerantes de cola 2l	Unid.	50
06	Refrigerantes de Laranja 2l	Unid.	50
07	Refrigerantes de uva 2l	Unid.	50
08	Refrigerante Guaraná 2l	Unid.	50
09	Margarina 500g	Unid.	70
10	Café solúvel 200g	Unid.	15
11	Achocolatado lata 370g	Unid.	30
12	Achocolatado líquido em caixa	Unid.	30
13	Leite líquido em caixa	Unid.	30
14	Bolacha doce tipo maizena	pacotes	200
15	Garrafa térmica 1 litro	Unid.	5
16	Garrafa térmica 1,8 litro	Unid.	5
17	Coador de café	Unid.	30
18	chá	Unid.	20

### 2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação para fornecimento de materiais de consumo do tipo Gêneros Alimentícios justifica-se pela necessidade de atender às demandas contínuas da Câmara Municipal de Laranjal do Jari/AP, assegurando o adequado funcionamento das atividades administrativas e legislativas, bem como suprimindo necessidades básicas e imediatas desta Casa de Leis.

Os materiais a serem adquiridos destinam-se ao atendimento dos diversos setores administrativos, contribuindo para a manutenção das rotinas de trabalho, recepção de autoridades, servidores e público em geral, garantindo melhores condições de funcionamento e suporte às atividades institucionais.

Termo de Referência

Processo nº091/2026



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI  
Avenida Liberdade nº. 884 - Bairro Agreste - Laranjal do Jari - AP,  
CEP 68920-000 - CNPJ nº. 23.086.804/0001-50

### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Fornece os materiais em estrita conformidade com as especificações constantes do termo de referência, devendo ser de primeira qualidade, nunca antes utilizados, e conter as características peculiares, e, bem assim, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias especificações, quantidade, período de garantia e demais informações que se fizerem necessárias;

8.2. Reparar, corrigir, remover, substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o item em que se verificarem, defeitos ou incorreções;

8.3. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno referentes ao acesso, circulação e permanência de pessoas e bens nas dependências da CONTRATANTE;

8.4. Substituir os itens não aceitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data do aviso de rejeição, quando comprovada a desconformidade com as especificações incluídas no edital e seus anexos e na proposta.

8.5. Credenciar junto ao setor competente da CONTRATANTE, os empregados pertencentes ao seu quadro pessoal de encarregados de proceder à execução do contrato, os quais deverão estar devidamente identificados com crachá;

8.6. Manter durante o período de contratação, as condições de qualificação e habilitação exigidas pela legislação, devendo comunicar a CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção de tais condições;

8.7. Assumir a responsabilidade pelos danos causados a bens pertencentes à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do objeto.

### 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

9.2. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários ao fornecimento dos materiais contratados;

9.3. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

9.4. Devolver à empresa o material que não possa ser corrigido, após sua substituição por outro novo;

Termo de Referência

Processo nº091/2026



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI  
Avenida Liberdade nº. 884 - Bairro Agreste - Laranjal do Jari - AP,  
CEP 68920-000 - CNPJ nº. 23.086.804/0001-50

### 3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

A licitante deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, composição da atividade compatível para fornecimento de materiais de consumo do tipo Gêneros Alimentícios.

### 4. HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO.

### 5. FORMA DE AQUISIÇÃO

5.1 A aquisição dos bens será feita de acordo com a necessidade e conveniência da Câmara Municipal de Laranjal do Jari, mediante emissão de ordem de fornecimento.

5.2 A entrega dos bens somente deverá ser efetuada pelo licitante vencedor após recebimento de solicitação, expedida pela Gerência de Administração e planejamento da Câmara Municipal de Laranjal do Jari, nos quantitativos indicados no referente correspondente oficial.

### 6. FORMA DE SERVIÇO, CONDIÇÃO DE EXECUÇÃO E GERENCIAMENTO.

a) A aquisição dos materiais será feita de acordo com as necessidades e conveniência da Câmara Municipal de Laranjal do Jari, mediante ordem de fornecimento detalhando especificações.

b) Definitivamente, após a verificação da quantidade e qualidade dos eletrônicos e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

c) O prazo da entrega dos materiais será de no máximo, 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da Ordem de fornecimento.

d) A entrega deverá ser devidamente realizada, acompanhados das respectivas notas fiscais, na Câmara Municipal de Laranjal do Jari localizada na Av. Liberdade nº884 - Agreste Laranjal do Jari/Amapá. CEP: 68.920-000 de segunda a sexta-feira entre as 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h ou em outro horário previamente combinado.

### 7. GARANTIA E VALIDADE

7.1 Todas os materiais entregues deverão estar devidamente como indica o fabricante e possuir garantia referente a defeitos de fabricação, embalagem ou outros, por período mínimo dentro das especificações estipuladas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Termo de Referência

Processo nº091/2026



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI  
Avenida Liberdade nº. 884 - Bairro Agreste - Laranjal do Jari - AP,  
CEP 68920-000 - CNPJ nº. 23.086.804/0001-50

9.5. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;

### 10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento pelo fornecimento dos bens será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente, devendo estar devidamente atestada por servidor designado para a fiscalização do contrato.

10.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa vencedora deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (CND), com o FGTS (CRF) e com a Justiça do Trabalho certidão negativa (CNDT).

10.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10.4 A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.

10.5 O pagamento será através de transferência bancária, mediante crédito aberto em conta corrente em nome da futura CONTRATADA.

10.6 A Câmara Municipal de Laranjal do Jari/AP não se responsabilizará pelos custos que a Licitante contratada realizar para além do valor total contratado.

### 11. DA PREVISÃO ORÇAMENTARIA -

PROGRAMA DE TRABALHO	012121 - Manutenção e Funcionamento do Poder Legislativo
NATUREZA DA DESPESA	339030 - Material de Consumo
SUBELEMENTO	07- Gênero de Alimentação
FONTE RECURSO	1500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Termo de Referência

Processo nº091/2026



# DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Laranjal do Jari  
Poder Legislativo Municipal



Avenida Liberdade, Nº 884, Agreste, CEP: 68920-000 | e-mail: [cmlaranjaldojari@gmail.com](mailto:cmlaranjaldojari@gmail.com) | CNPJ: 23.086.804-0001/50 - CMLJ



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI  
Avenida Liberdade nº. 884 - Bairro Agreste - Laranjal do Jari - AP,  
CEP: 68920-000 - CNPJ - 23.086.804/0001-50

## 12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um servidor designado através de portaria para tal fim, cabendo-lhes as atribuições e responsabilidades da lei vigente, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

12.2 Caberá ao Fiscal do contrato verificar a execução do objeto garantindo a qualidade desejada e atestar e encaminhar as notas fiscais ao Setor competente para autorizar os pagamentos.

12.3 A fiscalização será exercida no interesse do CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

## 13. DA VIGÊNCIA DO CONTATO

13.1. Considerando a natureza da contratação, o Termo Formal de Contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, conforme a Lei 14.133/21.

Laranjal do Jari, 26 de maio de 2026.

Marta de Souza Pinho  
Gerente Administrativo da CMLJ  
Portaria Nº 003/2025

Termo de Referência

Processo nº091/2026



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI  
Avenida Liberdade nº. 884 - Bairro Agreste - Laranjal do Jari - AP,  
CEP: 68920-000 - CNPJ - 23.086.804/0001-50

1.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);  
1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes federal/estadual/municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.2.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.2.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Termo de Referência

Processo nº091/2026



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI  
Avenida Liberdade nº. 884 - Bairro Agreste - Laranjal do Jari - AP,  
CEP: 68920-000 - CNPJ - 23.086.804/0001-50

## ANEXO II DOCUMENTAÇÃO LEGAL EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.1. Habilitação jurídica

1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pibr/empreendedor>;

1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

1.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal/INSS (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante atualizadas;

Termo de Referência

Processo nº091/2026



ESTADO DO AMAPÁ  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI  
CNPJ - 23.086.804/0001-50

1 Contrato .../2026 - CMLJ

## ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ..../2026 - CMLJ

Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição parcelada de gênero alimentício, que fazem entre si a Câmara Municipal de Laranjal do Jari e a Empresa ....., conforme cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Pelo presente instrumento Formal de Contrato, a CAMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ n.º 23.086.804/00001-50, situada na Avenida Liberdade, nº 884, Bairro Agreste, CEP 68.920-000, Laranjal do Jari-AP, através de seu Presidente, Senhor WALCIMAR RIBEIRO FONSECA, brasileiro, casado, com RG nº 499416 e CPF nº 522.763.412-20, residente e domiciliado na Rua Rio Jari, nº 2684, Bairro Agreste, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sito a avenida ....., nº ....., Bairro: ....., inscrita no CNPJ nº ....., neste ato representada por seu proprietário (a) Sr (a) ....., Portador do RG ....., e CPF nº ....., residente e domiciliado(a) na Avenida/Rua ....., nº ....., Bairro: ....., neste município de Laranjal do Jari - AP, CEP: ....., denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente contrato para aquisição ....., de acordo com o que consta do processo administrativo nº ....., referente a Dispensa de Licitação nº ....., nos termos da Lei nº, 14.133 de 01 de abril de 2021 e demais legislação pertinente.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1. O presente instrumento Formal de Contrato tem por objeto a Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento parcelado de Material de consumo tipo Gênero Alimentício para atender as demandas da Câmara Municipal de Laranjal do Jari - AP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e abaixo:

1.1 Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unid.	Valor Total
01	Açúcar kg	Unid.	600	3,50	2.100,00
02	Café 250g	Unid.	500	16,50	8.250,00
03	Leite 200g	Unid.	1.000	7,00	7.000,00
04	Bolacha água e sal	pacotes	480	4,90	2.352,00
05	Refrigerantes de cola 2l	Unid.	50	13,00	650,00
06	Refrigerantes de Laranja 2l	Unid.	50	12,50	625,00
07	Refrigerantes de uva 2l	Unid.	50	9,00	450,00
08	Refrigerante Guaraná 2l	Unid.	50	9,00	450,00
09	Margarina 500g	Unid.	70	9,90	693,00
10	Café solúvel 200g	Unid.	15	32,35	485,25
11	Achocolatado lata 370g	Unid.	30	13,50	405,00
12	Achocolatado líquido em caixa	Unid.	30	2,25	67,50
13	Leite líquido em caixa	Unid.	30	7,00	210,00



# DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Laranjal do Jari  
Poder Legislativo Municipal



Avenida Liberdade, Nº 884, Agreste, CEP: 68920-000 | e-mail: [cmlaranjaldojari@gmail.com](mailto:cmlaranjaldojari@gmail.com) | CNPJ: 23.086.804-0001/50 - CMLJ

Câmara Municipal de LARANJAL DO JARI				
ESTADO DO AMAPÁ				
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL				
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI				
CNPJ nº 23.086.804/0001-50				
2 Contrato .../2026 - CMLJ				
14	Bolacha doce tipo maizena	pacotes	200	5,75 1.150,00
15	Garrafa térmica 1 litro	Unid.	5	30,00 150,00
16	Garrafa térmica 1,8 litro	Unid.	5	55,00 275,00
17	Coador de café	Unid.	30	4,50 135,00
18	chá	Unid.	20	5,50 110,00
TOTAL GERAL:				25.732,75

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A proposta do contratado;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados;

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura, na forma dos artigos 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 Caso a assinatura do contrato seja eletrônica, considerar-se-á a data da última assinatura.

2.3 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO**

3.1 É vedada a subcontratação completa ou parcial da parcela principal da obrigação contratual.

3.2 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**CLÁUSULA QUARTA – PREÇO (art. 92, V)**

4.10 valor da contratação é de R\$ ....., conforme valores unitários e totais, do item 1.2 deste instrumento.

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

5.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Câmara Municipal de LARANJAL DO JARI				
ESTADO DO AMAPÁ				
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL				
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI				
CNPJ nº 23.086.804/0001-50				
3 Contrato .../2026 - CMLJ				
<b>CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)</b>				
6.1 Os preços inicialmente contratados são reajustáveis, com as devidas justificativas.				
<b>CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)</b>				
7.1 Além das obrigações constantes no Termo de Referência são obrigações do Contratante:				
7.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;				
7.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;				
7.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço, para que seja por ele corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;				
7.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;				
7.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;				
7.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;				
7.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;				
7.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal de Laranjal do Jari/AP para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;				
7.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.				
7.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.				
<b>CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)</b>				
8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:				
8.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;				
8.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, as peças de reposição nas quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;				

Câmara Municipal de LARANJAL DO JARI				
ESTADO DO AMAPÁ				
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL				
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI				
CNPJ nº 23.086.804/0001-50				
4 Contrato .../2026 - CMLJ				
8.4 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do <a href="#">artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021</a> ;				
8.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte a prestação do serviço, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;				
8.6 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.				
8.7 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;				
8.8 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no instrumento convocatório do processo administrativo nº 091/2026;				
8.9 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;				
<b>CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA</b>				
9.1 A garantia legal, conforme estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor, é de 90 (noventa) dias com relação a vícios, como o equipamento não funcionar ou não ligar.				
<b>CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)</b>				
10.1 Comete infração administrativa, nos termos da <a href="#">Lei nº 14.133, de 2021</a> , o contratado que:				
10.2 der causa à inexecução parcial do contrato;				
10.3 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;				
10.4 der causa à inexecução total do contrato;				
10.5 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;				
10.6 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;				
10.7 praticar ato fraudulento na execução do contrato;				
10.8 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;				
10.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.				
10.10 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:				

Câmara Municipal de LARANJAL DO JARI				
ESTADO DO AMAPÁ				
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL				
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI				
CNPJ nº 23.086.804/0001-50				
5 Contrato .../2026 - CMLJ				
10.11 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);				
10.12 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);				
10.13 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).				
10.14 Multa:				
10.15 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;				
10.16 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.				
10.17 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” e “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.				
10.18 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.				
10.19 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.				
10.20 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.				
10.21 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.				
10.22 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ( <a href="#">art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021</a> )				
10.23 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ( <a href="#">art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021</a> ).				
10.23.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ( <a href="#">art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021</a> )				
10.24 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ( <a href="#">art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021</a> ).				
10.25 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.				



# DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Laranjal do Jari  
Poder Legislativo Municipal



Avenida Liberdade, Nº 884, Agreste, CEP: 68920-000 | e-mail: [cmlaranjaldojari@gmail.com](mailto:cmlaranjaldojari@gmail.com) | CNPJ: 23.086.804-0001/50 - CMLJ



ESTADO DO AMAPÁ  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI  
CNPJ n.º 23.086.804/0001-50

6 Contrato .../2026 - CMLJ

- 10.26 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.27 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 10.28 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.29 as peculiaridades do caso concreto;
- 10.30 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.31 os danos que dela provierem para o Contratante;
- 10.32 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.33 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.34 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 10.35 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 10.36 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 10.37 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 11.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.



ESTADO DO AMAPÁ  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI  
CNPJ n.º 23.086.804/0001-50

7 Contrato .../2026 - CMLJ

- 11.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 11.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 11.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 11.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.5.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 11.5.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.5.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 11.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 11.6.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.6.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.6.3 Indenizações e multas.
- 11.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Laranjal do Jari/AP, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



ESTADO DO AMAPÁ  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI  
CNPJ n.º 23.086.804/0001-50

8 Contrato .../2026 - CMLJ

#### Previsão Orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO	011001: Investimento do Poder Legislativo
NATUREZA DA DESPESA	449052: Equipamentos e Materiais Permanentes
SUBELEMENTO	99- Outros Materiais Permanentes
FONTE RECURSO	1500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos

- 12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Apostilamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 13.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

- 15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.



ESTADO DO AMAPÁ  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI  
CNPJ n.º 23.086.804/0001-50

9 Contrato .../2026 - CMLJ

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

- 16.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Laranjal do Jari/AP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Laranjal do Jari-AP, .. de ..... de .....

Walcir Ribeiro Fonseca  
CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL DO  
JARI-AP  
CONTRATANTE

Nome do Proprietário  
NOME DA EMPRESA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



# DIÁRIO OFICIAL

Câmara Municipal de Laranjal do Jari  
Poder Legislativo Municipal



Avenida Liberdade, Nº 884, Agreste, CEP: 68920-000 | e-mail: [cmlaranjaldojari@gmail.com](mailto:cmlaranjaldojari@gmail.com) | CNPJ: 23.086.804-0001/50 - CMLJ



**DIÁRIO OFICIAL**  
CÂMARA DE VEREADORES  
DE LARANJAL DO JARI

**ATENDIMENTO**

Segunda a sexta-feira  
das **08h às 13h**

e-mail: [cmlaranjaldojari@gmail.com](mailto:cmlaranjaldojari@gmail.com)



**DIÁRIO OFICIAL**  
CÂMARA DE VEREADORES  
DE LARANJAL DO JARI

**ATENDIMENTO**

Segunda a sexta-feira  
das **08h às 13h**

e-mail: [cmlaranjaldojari@gmail.com](mailto:cmlaranjaldojari@gmail.com)



**DIÁRIO OFICIAL**  
CÂMARA DE VEREADORES  
DE LARANJAL DO JARI

**ATENDIMENTO**

Segunda a sexta-feira  
das **08h às 13h**

e-mail: [cmlaranjaldojari@gmail.com](mailto:cmlaranjaldojari@gmail.com)